

A CRISE DA EDUCAÇÃO E O AUTO-ESCLARECIMENTO HERMENÊUTICO NA FORMAÇÃO DOS PROFESSORES

CRISTIANE LUDWIG (UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA).

Resumo

O estado de crise da educação é um tema emergente e largamente discutido nas pesquisas sobre a formação docente. Neste trabalho objetiva-se, a partir das lições extraídas da crise na educação norte-americana, notadamente em suas consequências para a formação de professores, refletir hermenêuticamente sobre o alcance da crítica de Hannah Arendt às teorias pedagógicas progressistas para as exigências teóricas da formação na contemporaneidade. Sob esse enfoque, pretende-se buscar apoio nas reivindicações da hermenêutica, enquanto abordagem preocupada com o distanciamento alienante provocado pela racionalidade instrumental, reduzindo a educação aos ditames da cientificização, em que o outro se torna objetivado em mera conformidade rígida através de princípios metódicos. Nesta pesquisa, ao se opor à unidade da razão metafísica, que enfatiza o lado homogêneo dos conhecimentos, propõe-se integrar as diversas racionalidades, não caindo no totalitarismo da exclusão e na decisão apriorística sobre a validade das teorias e das práticas, mas no sentido do reconhecimento da diversidade e da pluralidade. Sob o viés da linguagem, entende-se que o conhecimento está relacionado com sua justificação racional, desviando-se, assim, da busca pela exatidão de representação. Daí a necessidade de deixar que os próprios educandos digam a palavra (a palavra da ciência, do ético, do estético, da dor, da poesia), radicalizando a idéia de que o homem possui linguagem. A abertura de horizontes que o diálogo possibilita permite à educação fazer valer a polissemia dos discursos e criar um espaço de compreensão mútua entre os envolvidos. Tal posicionamento pedagógico-político-ético-estético permite ao professor descongelar as definições produzidas pelo conhecimento e cristalizadas na história, libertando o significado dos acontecimentos da camisa-de-força dos conceitos.

Palavras-chave:

Crise da Educação, Formação de Professores, Linguagem.

Introdução

No epílogo da obra *A Promessa da Política*, Hannah Arendt escreve que o moderno crescimento da ausência-de-mundo pode ser descrito como a expansão do deserto[1]. Ao falar de um mundo-deserto metafórico, com oásis vitais de filosofia e arte, amor e amizade, Arendt coloca que esses oásis podem desvanecer-se, tanto por parte daqueles que procuram se ajustar às condições de vida do deserto como pelos que buscam esquivar-se do deserto para os oásis.

O deserto que Arendt descreve é uma metáfora da crescente perda do mundo ou ainda da redução dos seres humanos plurais a

um único homem-massa que infiltrou o mundo com o totalitarismo. Hodiernamente, embora o deserto não seja especificamente esse fenômeno, na medida em que o sujeito se torna cada vez mais alheio ao mundo público, ele corre o risco de mergulhar num espaço vazio. Ela acusa a moderna psicologia como a psicologia do deserto: “[...] quando perdemos a faculdade de julgar – sofrer e condenar – começamos a achar que há algo errado conosco por não conseguirmos viver sob as condições da vida do deserto.” (Arendt, 2008: 266). A autora aborda que a psicologia, na pretensão de “ajudar”, acabou “adaptando” o ser humano a essas condições, na medida em que arranca a ideia de que o homem, não sendo do deserto, embora viva nele, pode transformá-lo num mundo humano. No entanto, pelo entendimento de Arendt é justamente porque o homem sofre nas condições do deserto é que ainda é humano. O risco da adaptação reside no aspecto de o homem naturalizar o deserto e familiarizar-se com ele. Além disso, ela ainda detecta que no deserto existem tempestades de areia. Essas tempestades são os movimentos totalitários cuja principal característica é ajustar o ser humano às condições do deserto. No entendimento da autora (Arendt, 2008):

Tanto a psicologia, o exercício de adaptação da vida humana ao deserto, quanto os movimentos totalitários, as tempestades de areia em que as falsas ou pseudo-ações irrompem subitamente da quietude, colocam em risco imanente as duas faculdades humanas que nos permitem transformar pacientemente o deserto, e não a nós mesmos: as faculdades conjugadas da paixão e da ação. É verdade que nas mãos dos movimentos totalitários ou das adaptações da psicologia moderna nós sofreremos menos; perdemos a faculdade de sofrer e com ela a virtude da resistência. Só quem é capaz de padecer a paixão de viver sob as condições do deserto pode reunir em si mesmo a coragem que está na base da ação, a coragem de se tornar um ser ativo. (p. 267).

O retrato dessa paisagem se aproxima ao que Arendt denuncia com a perda das certezas e o apoio de uma tradição que nos oferecia categorias e valores de orientação ao pensamento. Sem a autoridade, a religião e a tradição, que durante muito tempo garantiam um chão estável para a ação e o pensamento humano, somos confrontados “com os problemas elementares da convivência humana” (Arendt, 1992: 187). Nesse estado de espírito, o sujeito não herda princípios e significados comuns por fazer parte de uma determinada comunidade, mas opta pelas escolhas individuais. As interfaces dessas relações se conectam com a literatura contemporânea que aponta para uma sociedade que exacerbou ao extremo ao individualismo. A grande conquista da humanidade – a consciência da própria individualidade e a afirmação dos direitos humanos – chegou ao limite do esgaçamento das relações sociais. Os laços sociais encontram-se fragilizados, nada é permanente, tudo é relativo.

Na atualidade, uma das formas dessa vivência pode ser retratada pelo mercado onde cada indivíduo pode adquirir seus próprios sentidos, escolhendo muitas vezes o consumo como forma de realização pessoal. Nesse caso, quando cada um vive de acordo com suas necessidades individuais, deixa de existir o mundo comum e o que os conecta é apenas o consumo dos sentidos. No entendimento de Arendt, a fragmentação do modo como o homem se integra no mundo afeta tanto o plano da ação, quando a satisfação de interesses particulares se sobrepõe a do mundo comum, quanto o plano do pensamento, na medida em que perdemos o fio condutor que a tradição nos oferecia.

Contudo, o deserto é uma metáfora que não pode ser visto como um território improdutivo, concebido unicamente como o produto final da expansão industrial desenfreada. Da mesma forma como no mundo natural as plantas regeneram novos começos podem ainda transformar o deserto num mundo humano. A ação está

ontologicamente enraizado na humanidade, não como espécie singular, mas como pluralidade de inícios singulares. Nesse caso, não se trata de uma adição de singularidades, mas antes de um espaço que abriga a pluralidade e, a partir dela, constitui a esfera política e cria uma realidade compartilhada. Os seres humanos politicamente reunidos na busca de um objetivo comum geram poder, que, ao contrário da força, provém das profundezas da esfera pública e a sustenta, enquanto eles permanecerem associados em discurso e ação[2].

Por isso que ela entende que o mundo não é um produto natural nem criação de Deus; ele só pode surgir por meio da política, que em seu sentido mais amplo é o conjunto de condições sob os quais os homens, em sua pluralidade e diferença, convivem e se aproximam para falar em uma liberdade que somente eles podem mutuamente conceder. Para a pensadora (Arendt, 2008):

Somente na liberdade de falarmos uns com os outros é que surge, totalmente objetivo e visível desde todos os lados, o mundo sobre o qual se fala. Viver num mundo real e falar uns com os outros sobre ele são basicamente a mesma coisa (...) A liberdade de partir e começar algo novo e inaudito (...) a liberdade de interagir oralmente com muitos outros e experimentar a diversidade que é a totalidade do mundo -, com toda a certeza não era e não é objetivo da política, isto é, algo que possa ser alcançado por meios políticos, mas, ao contrário, a substância e o significado de tudo que é político. Nesse sentido, política e liberdade são idênticas. (p. 185).

As lições de Hannah Arendt para a educação num mundo à deriva

A tendência da modernidade de impor uma fórmula única para as relações sociais também são sentidas por Arendt no que se refere ao processo educacional, apesar da própria autora se considerar leiga no assunto. Suas reflexões alertam para o risco de igualar características naturais, físicas. Esse limite pode ser atingido quando

forem eliminados os extremos das desigualdades da condição econômica e educacional. No entanto, nessa conjuntura surge um ponto crítico. De acordo com (Arendt, 2004):

quanto mais iguais as pessoas se tornam em todos os aspectos, e quanto mais igualdade permeia toda a textura da sociedade, mais as diferenças provocarão ressentimento, mais evidentes se tornarão aqueles que são visivelmente e por natureza diferentes dos outros (p. 268).

Sua leitura sobre a modernidade aponta que a escola deixa de ser vista como o lugar de formação para o mundo público. Sob a égide da racionalidade modernidade a escola perdeu seu foco de iniciar os novos num mundo comum e público de heranças simbólicas e realizações materiais. É justamente essa sua reivindicação no ensaio que intitula "A Crise na Educação" presente na obra *Entre o Passado e o Futuro*. Ela entende que a educação tem a responsabilidade de introduzir os sujeitos no mundo que os antecede e que tem uma história, uma cultura, modos de conviver, pensar e prepará-los para sua participação num mundo comum. Contudo, a crise na educação resulta, em grande medida, do fato de que esse acolhimento no legado das realizações humanas – o mundo – parece ter reduzido o sentido no modo de vida caracterizado pela constante valorização do novo, pela crescente diluição das fronteiras entre as esferas pública e privada e pela consequente desresponsabilização da sociedade pela continuidade do mundo. Essas características da sociedade moderna causaram um profundo impacto nas concepções e práticas educativas.

Se educar é apresentar o mundo e a tradição cultural as gerações mais novas, a educação poderá ser compreendida como um campo de permanente tensão entre o novo e o instituído, isto é, entre os novos indivíduos e um mundo enraizado por uma longa tradição cultural. Nesse sentido, o novo se impõe como um fator de

desestabilização do campo educacional e, por tal dimensão, requer atenção, por conta justamente de ser um campo de passagem, um lugar de preparação para a vida adulta, do cuidado para com o mundo. Nesse sentido, a educação pode ter fracassado em virtude da ausência de tensão entre o novo e a tradição.

É por isso que ela demonstra que as escolhas do projeto educacional realizadas no ocidente ao longo do século XX, em nome de um *phatos* do novo, derrubaram todas as tradições e métodos estabelecidos de ensino e de aprendizagem. A autora aponta duas vertentes, a psicologia moderna e o pragmatismo, como responsáveis por uma parte significativa da crise na educação, além da má formação dos professores. Sua crítica indica que a educação progressista[3] causou prejuízos para os fins da educação. Isso porque ao invés de se estabelecer enquanto lugar de preparação para o mundo público do bem comum, a esfera educacional adota métodos pedagógicos centrados na criança, oriundos da psicologia do desenvolvimento, que se baseiam em uma ideia de indivíduo e de individualidade. Ela adverte para os riscos da educação moderna por ter posto em prática o tratamento das crianças como uma minoria oprimida carente de libertação, deixando as crianças entregues à própria sorte. Sujeitas à tirania da maioria, a criança não foi emancipada ao libertar-se da autoridade dos adultos. Associado a esse totalitarismo infantil, a deficiente formação dos professores conduzirá a um completo autoritarismo educacional em detrimento da autoridade legítima do conhecimento.

À luz da concepção arendtiana, o que se perdeu na modernidade foi justamente o mundo adulto. Nesse contexto, a criança é acolhida em um mundo infantilizado, sem a direção das mãos adultas para a sua vida futura. Contudo, a tarefa da educação de introduzir as crianças no mundo requer a condução por parte do educador. Nesse caso, o educador está em relação à criança como

um representante de um mundo pelo qual ele assume a responsabilidade. Essa responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade[4]. É por isso que, do ponto de vista de Arendt, “qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-la de tomar parte em sua educação” (Arendt, 1992: 239). O acolhimento dos novos ao mundo, que é o lar comum das múltiplas gerações humanas, pressupõe, por parte do professor, um duplo compromisso. Por um lado, preservar o mundo em relação à nova geração e, por outro, preservar a nova geração em relação ao mundo. É ter em relação ao mundo uma atitude que a autora chama de *amor mundi*. Ou seja, de admiração pela invenção das gerações humanas passadas e de desejo que tal obra seja “preservada” para as gerações futuras.

Quando Arendt denuncia as teorias pedagógicas progressistas como responsáveis por parte significativa da crise na educação ela aponta que esses discursos e práticas pedagógicas esqueceram a ênfase da dimensão política e os conhecimentos que a fundamentam no âmbito dos direitos sociais, entendendo-os como garantias da vida cidadã. Isso porque para ela, os espaços do mundo político definem-se como espaços públicos da palavra e da ação, que se cursam em favor da cidadania, da liberdade e da paz. Com isso, Arendt quer mostrar que o processo educacional define-se politicamente na e para a sociedade. Isso evidencia a importância da dimensão política na formação de professores, pelo seu comprometimento com valores que orientam a vida cidadã.

Considerações finais

Os caminhos indicam que a formação do professor abarca campos que vão para além da aquisição de conhecimentos, do domínio das disciplinas clássicas e da repetição de modelos que se

impuseram quando a função da escola era apenas a de transmitir esses conhecimentos. Hoje, o professor se defronta com situações de incertezas e contextualizadas. Sua tarefa, articulada com os aspectos culturais, políticos e sociais, atravessa as paredes da instituição para analisar também os tipos de interesses subjacentes à educação, à realidade social. Essa formação ampliada do professor se apresenta como possibilidade para a superação do praticismo, ou seja, da crítica coletiva e ampliada para além dos contextos da sala de aula e da instituição escolar, incluindo as esferas sociais mais amplas. Operando pela hermenêutica, o processo educativo pode provocar nos interlocutores envolvidos o estranhamento das práticas pedagógicas enrijecidas pelo paradigma unidimensional do mundo moderno. Ao se opor à unidade da razão moderna, que enfatiza o lado homogêneo dos conhecimentos, o educador pode integrar as diversas racionalidades, não caindo no totalitarismo da exclusão e na decisão apriorística sobre a validade das teorias e das práticas, mas no sentido do reconhecimento da pluralidade.

Sob o viés da linguagem, entende-se que o conhecimento está relacionado com sua justificação racional, desviando-se, assim, da busca pela exatidão de representação. Assim, pela via da linguagem, o educador pode desencadear a formação de uma sociedade mais humanizada, voltada para a produção de um mundo comum a todos, como almejava Hannah Arendt. A abertura de horizontes que o diálogo possibilita permite à educação fazer valer a polissemia dos discursos e criar um espaço de compreensão mútua entre os envolvidos.

Referências

ARENDR, Hannah. A crise na educação. In: _____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **Responsabilidade e Julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **A Dimensão da Política**. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HERMANN, Nadja. **Pluralidade e ética em Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Hermenêutica e Educação**. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor reflexivo: construindo uma crítica. PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2006.

[1] O fato de vivermos e nos movermos num mundo-deserto foi primeiramente percebido por Nietzsche, também o primeiro a se equivocar em seu diagnóstico. Como quase todos que vieram depois dele, Nietzsche acreditava que o deserto está em nós, assim se revelando não apenas um dos primeiros habitantes conscientes do deserto, mas também, por essa mesma razão, uma vítima de sua mais terrível ilusão.

[2] Arendt entende por ação – vir a público em palavras e atos na companhia de seus pares, iniciar algo novo cujo resultado não pode ser conhecido de antemão, fundar uma esfera pública, comprometer-se com e perdoar os outros, não levadas a cabo no isolamento, mas sempre e somente pelos indivíduos em sua pluralidade, o que para Arendt significa em sua condição de seres humanos distintos. Contudo, os pensadores, que em sua atividade solitária se afastam do mundo, tendem a considerar o homem no singular, ou, os homens como múltiplos de uma única espécie, ignorando dessa forma as diferenças.

[3] Na esfera pedagógica, isso consistiu em substituir o aprendizado pelo fazer, ou ainda, o “aprender fazendo”, originado pelo movimento da Escola Nova e da concepção do trabalho educativo como um aprendizado “para a vida”. Arendt demonstra que a fusão entre pedagogia, pragmatismo e psicologia transformou a educação em um campo de conhecimento sobre o ensino, transformando-a em ciência da aprendizagem.

[4] Visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida como alguma forma de poder e coerção. A autoridade é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. Onde se utiliza argumentos, a autoridade é colocada em suspenso. Se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve ser tanto em contraposição à coerção pela força como a persuasão através de argumentos. O descrédito da autoridade se deu em virtude dos acontecimentos do século XX e da ruptura da tradição.

Introdução

No epílogo da obra *A Promessa da Política*, Hannah Arendt escreve que o moderno crescimento da ausência-de-mundo pode ser descrito como a expansão do deserto¹. Ao falar de um mundo-deserto metafórico, com oásis vitais de filosofia e arte, amor e amizade, Arendt coloca que esses oásis podem desvanecer-se, tanto por parte daqueles que procuram se ajustar às condições de vida do deserto como pelos que buscam esquivar-se do deserto para os oásis.

O deserto que Arendt descreve é uma metáfora da crescente perda do mundo ou ainda da redução dos seres humanos plurais a um único homem-massa que infiltrou o mundo com o totalitarismo. Hodiernamente, embora o deserto não seja especificamente esse fenômeno, na medida em que o sujeito se torna cada vez mais alheio ao mundo público, ele corre o risco de mergulhar num espaço vazio. Ela acusa a moderna psicologia como a psicologia do deserto: “[...] quando perdemos a faculdade de julgar – sofrer e condenar – começamos a achar que há algo errado conosco por não conseguirmos viver sob as condições da vida do deserto.” (Arendt, 2008: 266). A autora aborda que a psicologia, na pretensão de “ajudar”, acabou “adaptando” o ser humano a essas condições, na medida em que arranca a ideia de que o homem, não sendo do deserto, embora viva nele, pode transformá-lo num mundo humano. No entanto, pelo entendimento de Arendt é justamente porque o homem sofre nas condições do deserto é que ainda é humano. O risco da adaptação reside no aspecto de o homem naturalizar o deserto e familiarizar-se com ele. Além disso, ela ainda detecta que no deserto existem tempestades de areia. Essas tempestades são os movimentos totalitários cuja principal característica é ajustar o ser humano às condições do deserto. No entendimento da autora (Arendt, 2008):

Tanto a psicologia, o exercício de adaptação da vida humana ao deserto, quanto os movimentos totalitários, as tempestades de areia em que as falsas ou pseudo-ações irrompem subitamente da quietude, colocam em risco imaneente as duas faculdades humanas que nos permitem transformar pacientemente o deserto, e não a nós mesmos: as faculdades conjugadas da paixão e da ação. É verdade que nas mãos dos movimentos totalitários ou das adaptações da psicologia moderna nós sofreremos menos; perdemos a

¹ O fato de vivermos e nos movermos num mundo-deserto foi primeiramente percebido por Nietzsche, também o primeiro a se equivocar em seu diagnóstico. Como quase todos que vieram depois dele, Nietzsche acreditava que o deserto está em nós, assim se revelando não apenas um dos primeiros habitantes conscientes do deserto, mas também, por essa mesma razão, uma vítima de sua mais terrível ilusão.

faculdade de sofrer e com ela a virtude da resistência. Só quem é capaz de padecer a paixão de viver sob as condições do deserto pode reunir em si mesmo a coragem que está na base da ação, a coragem de se tornar um ser ativo. (p. 267).

O retrato dessa paisagem se aproxima ao que Arendt denuncia com a perda das certezas e o apoio de uma tradição que nos oferecia categorias e valores de orientação ao pensamento. Sem a autoridade, a religião e a tradição, que durante muito tempo garantiam um chão estável para a ação e o pensamento humano, somos confrontados “com os problemas elementares da convivência humana” (Arendt, 1992: 187). Nesse estado de espírito, o sujeito não herda princípios e significados comuns por fazer parte de uma determinada comunidade, mas opta pelas escolhas individuais. As interfaces dessas relações se conectam com a literatura contemporânea que aponta para uma sociedade que exacerbou ao extremo ao individualismo. A grande conquista da humanidade – a consciência da própria individualidade e a afirmação dos direitos humanos – chegou ao limite do esgaçamento das relações sociais. Os laços sociais encontram-se fragilizados, nada é permanente, tudo é relativo.

Na atualidade, uma das formas dessa vivência pode ser retratada pelo mercado onde cada indivíduo pode adquirir seus próprios sentidos, escolhendo muitas vezes o consumo como forma de realização pessoal. Nesse caso, quando cada um vive de acordo com suas necessidades individuais, deixa de existir o mundo comum e o que os conecta é apenas o consumo dos sentidos. No entendimento de Arendt, a fragmentação do modo como o homem se integra no mundo afeta tanto o plano da ação, quando a satisfação de interesses particulares se sobrepõe a do mundo comum, quanto o plano do pensamento, na medida em que perdemos o fio condutor que a tradição nos oferecia.

Contudo, o deserto é uma metáfora que não pode ser visto como um território improdutivo, concebido unicamente como o produto final da expansão industrial desenfreada. Da mesma forma como no mundo natural as plantas regeneram novos começos podem ainda transformar o deserto num mundo humano. A ação está ontologicamente enraizado na humanidade, não como espécie singular, mas como pluralidade de inícios singulares. Nesse caso, não se trata de uma adição de singularidades, mas antes de um espaço que abriga a pluralidade e, a partir dela, constitui a esfera política e cria uma realidade compartilhada. Os seres humanos politicamente reunidos na busca de um objetivo comum geram poder, que, ao contrário

da força, provém das profundezas da esfera pública e a sustenta, enquanto eles permanecerem associados em discurso e ação².

Por isso que ela entende que o mundo não é um produto natural nem criação de Deus; ele só pode surgir por meio da política, que em seu sentido mais amplo é o conjunto de condições sob os quais os homens, em sua pluralidade e diferença, convivem e se aproximam para falar em uma liberdade que somente eles podem mutuamente conceder. Para a pensadora (Arendt, 2008):

Somente na liberdade de falarmos uns com os outros é que surge, totalmente objetivo e visível desde todos os lados, o mundo sobre o qual se fala. Viver num mundo real e falar uns com os outros sobre ele são basicamente a mesma coisa (...) A liberdade de partir e começar algo novo e inaudito (...) a liberdade de interagir oralmente com muitos outros e experimentar a diversidade que é a totalidade do mundo -, com toda a certeza não era e não é objetivo da política, isto é, algo que possa ser alcançado por meios políticos, mas, ao contrário, a substância e o significado de tudo que é político. Nesse sentido, política e liberdade são idênticas. (p. 185).

As lições de Hannah Arendt para a educação num mundo à deriva

A tendência da modernidade de impor uma fórmula única para as relações sociais também são sentidas por Arendt no que se refere ao processo educacional, apesar da própria autora se considerar leiga no assunto. Suas reflexões alertam para o risco de igualar características naturais, físicas. Esse limite pode ser atingido quando forem eliminados os extremos das desigualdades da condição econômica e educacional. No entanto, nessa conjuntura surge um ponto crítico. De acordo com (Arendt, 2004):

quanto mais iguais as pessoas se tornam em todos os aspectos, e quanto mais igualdade permeia toda a textura da sociedade, mais as diferenças provocarão ressentimento, mais evidentes se tornarão aqueles que são visivelmente e por natureza diferentes dos outros (p. 268).

² Arendt entende por ação – vir a público em palavras e atos na companhia de seus pares, iniciar algo novo cujo resultado não pode ser conhecido de antemão, fundar uma esfera pública, comprometer-se com e perdoar os outros, não levadas a cabo no isolamento, mas sempre e somente pelos indivíduos em sua pluralidade, o que para Arendt significa em sua condição de seres humanos distintos. Contudo, os pensadores, que em sua atividade solitária se afastam do mundo, tendem a considerar o homem no singular, ou, os homens como múltiplos de uma única espécie, ignorando dessa forma as diferenças.

Sua leitura sobre a modernidade aponta que a escola deixa de ser vista como o lugar de formação para o mundo público. Sob a égide da racionalidade modernidade a escola perdeu seu foco de iniciar os novos num mundo comum e público de heranças simbólicas e realizações materiais. É justamente essa sua reivindicação no ensaio que intitula “A Crise na Educação” presente na obra *Entre o Passado e o Futuro*. Ela entende que a educação tem a responsabilidade de introduzir os sujeitos no mundo que os antecede e que tem uma história, uma cultura, modos de conviver, pensar e prepará-los para sua participação num mundo comum. Contudo, a crise na educação resulta, em grande medida, do fato de que esse acolhimento no legado das realizações humanas – o mundo – parece ter reduzido o sentido no modo de vida caracterizado pela constante valorização do novo, pela crescente diluição das fronteiras entre as esferas pública e privada e pela conseqüente desresponsabilização da sociedade pela continuidade do mundo. Essas características da sociedade moderna causaram um profundo impacto nas concepções e práticas educativas.

Se educar é apresentar o mundo e a tradição cultural as gerações mais novas, a educação poderá ser compreendida como um campo de permanente tensão entre o novo e o instituído, isto é, entre os novos indivíduos e um mundo enraizado por uma longa tradição cultural. Nesse sentido, o novo se impõe como um fator de desestabilização do campo educacional e, por tal dimensão, requer atenção, por conta justamente de ser um campo de passagem, um lugar de preparação para a vida adulta, do cuidado para com o mundo. Nesse sentido, a educação pode ter fracassado em virtude da ausência de tensão entre o novo e a tradição.

É por isso que ela demonstra que as escolhas do projeto educacional realizadas no ocidente ao longo do século XX, em nome de um *phatos* do novo, derrubaram todas as tradições e métodos estabelecidos de ensino e de aprendizagem. A autora aponta duas vertentes, a psicologia moderna e o pragmatismo, como responsáveis por uma parte significativa da crise na educação, além da má formação dos professores. Sua crítica indica que a educação progressista³ causou prejuízos para os fins da educação. Isso porque ao invés de se estabelecer enquanto lugar de preparação para o mundo público

³ Na esfera pedagógica, isso consistiu em substituir o aprendizado pelo fazer, ou ainda, o “aprender fazendo”, originado pelo movimento da Escola Nova e da concepção do trabalho educativo como um aprendizado “para a vida”. Arendt demonstra que a fusão entre pedagogia, pragmatismo e psicologia transformou a educação em um campo de conhecimento sobre o ensino, transformando-a em ciência da aprendizagem.

do bem comum, a esfera educacional adota métodos pedagógicos centrados na criança, oriundos da psicologia do desenvolvimento, que se baseiam em uma ideia de indivíduo e de individualidade. Ela adverte para os riscos da educação moderna por ter posto em prática o tratamento das crianças como uma minoria oprimida carente de libertação, deixando as crianças entregues à própria sorte. Sujeitas à tirania da maioria, a criança não foi emancipada ao libertar-se da autoridade dos adultos. Associado a esse totalitarismo infantil, a deficiente formação dos professores conduzirá a um completo autoritarismo educacional em detrimento da autoridade legítima do conhecimento.

À luz da concepção arendtiana, o que se perdeu na modernidade foi justamente o mundo adulto. Nesse contexto, a criança é acolhida em um mundo infantilizado, sem a direção das mãos adultas para a sua vida futura. Contudo, a tarefa da educação de introduzir as crianças no mundo requer a condução por parte do educador. Nesse caso, o educador está em relação à criança como um representante de um mundo pelo qual ele assume a responsabilidade. Essa responsabilidade pelo mundo assume a forma de autoridade⁴. É por isso que, do ponto de vista de Arendt, “qualquer pessoa que se recuse a assumir a responsabilidade coletiva pelo mundo não deveria ter crianças, e é preciso proibi-la de tomar parte em sua educação” (Arendt, 1992: 239). O acolhimento dos novos ao mundo, que é o lar comum das múltiplas gerações humanas, pressupõe, por parte do professor, um duplo compromisso. Por um lado, preservar o mundo em relação à nova geração e, por outro, preservar a nova geração em relação ao mundo. É ter em relação ao mundo uma atitude que a autora chama de *amor mundi*. Ou seja, de admiração pela invenção das gerações humanas passadas e de desejo que tal obra seja “preservada” para as gerações futuras.

Quando Arendt denuncia as teorias pedagógicas progressistas como responsáveis por parte significativa da crise na educação ela aponta que esses discursos e práticas pedagógicas esqueceram a ênfase da dimensão política e os conhecimentos que a fundamentam no âmbito dos direitos sociais, entendendo-os como garantias da vida cidadã. Isso porque para ela, os espaços do mundo político definem-se como

⁴ Visto que a autoridade sempre exige obediência, ela é comumente confundida como alguma forma de poder e coerção. A autoridade é incompatível com a persuasão, a qual pressupõe igualdade e opera mediante um processo de argumentação. Onde se utiliza argumentos, a autoridade é colocada em suspenso. Se a autoridade deve ser definida de alguma forma, deve ser tanto em contraposição à coerção pela força como a persuasão através de argumentos. O descrédito da autoridade se deu em virtude dos acontecimentos do século XX e da ruptura da tradição.

espaços públicos da palavra e da ação, que se cursam em favor da cidadania, da liberdade e da paz. Com isso, Arendt quer mostrar que o processo educacional define-se politicamente na e para a sociedade. Isso evidencia a importância da dimensão política na formação de professores, pelo seu comprometimento com valores que orientam a vida cidadã.

Considerações finais

Os caminhos indicam que a formação do professor abarca campos que vão para além da aquisição de conhecimentos, do domínio das disciplinas clássicas e da repetição de modelos que se impuseram quando a função da escola era apenas a de transmitir esses conhecimentos. Hoje, o professor se defronta com situações de incertezas e contextualizadas. Sua tarefa, articulada com os aspectos culturais, políticos e sociais, atravessa as paredes da instituição para analisar também os tipos de interesses subjacentes à educação, à realidade social. Essa formação ampliada do professor se apresenta como possibilidade para a superação do praticismo, ou seja, da crítica coletiva e ampliada para além dos contextos da sala de aula e da instituição escolar, incluindo as esferas sociais mais amplas. Operando pela hermenêutica, o processo educativo pode provocar nos interlocutores envolvidos o estranhamento das práticas pedagógicas enrijecidas pelo paradigma unidimensional do mundo moderno. Ao se opor à unidade da razão moderna, que enfatiza o lado homogêneo dos conhecimentos, o educador pode integrar as diversas racionalidades, não caindo no totalitarismo da exclusão e na decisão apriorística sobre a validade das teorias e das práticas, mas no sentido do reconhecimento da pluralidade.

Sob o viés da linguagem, entende-se que o conhecimento está relacionado com sua justificação racional, desviando-se, assim, da busca pela exatidão de representação. Assim, pela via da linguagem, o educador pode desencadear a formação de uma sociedade mais humanizada, voltada para a produção de um mundo comum a todos, como almejava Hannah Arendt. A abertura de horizontes que o diálogo possibilita permite à educação fazer valer a polissemia dos discursos e criar um espaço de compreensão mútua entre os envolvidos.

Referências

ARENDDT, Hannah. A crise na educação. In: _____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. **Responsabilidade e Julgamento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **A Dimensão da Política**. Rio de Janeiro: Difel, 2008.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamento pós-metafísico**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1990.

HERMANN, Nadja. **Pluralidade e ética em Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

_____. **Hermenêutica e Educação**. Rio de Janeiro. DP&A, 2002.

PIMENTA, Selma Garrido. Professor reflexivo: construindo uma crítica. PIMENTA, Selma Garrido; GHEDIN, Evandro (org.). **Professor reflexivo no Brasil: gênese e crítica de um conceito**. São Paulo: Cortez, 2006.